



ORIENTAÇÕES DE PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS PARA INSTITUIÇÕES DE SAÚDE NA CIDADE DE JOÃO PESSOA – PB

GUIDELINES FOR ARCHIVIST PRACTICES FOR HEALTH INSTITUTIONS IN THE CITY OF JOÃO PESSOA - PB

Ana Cláudia Cruz Córdula

Docente do Departamento de Ciência da Informação / Universidade Federal da Paraíba. (UFPB). Doutora em Ciência da Informação pela UFPB. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6641-5557>

Jefferson Higino da Silva

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0406-280X>

Carla Maria de Almeida

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7663-3224>

Bruno Antônio Ferreira da Silva

Graduando em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba.

RESUMO: Objetiva-se apresentar um relato das atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão “Orientações de Práticas Arquivísticas para Instituições de Saúde na Cidade de João Pessoa - OPAIS”. Metodologicamente, quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva, de abordagem qualitativa. Discute-se sobre os documentos na área da saúde, sobre ações extensionista e sobre atividades desenvolvidas pelo projeto OPAIS. Conclui-se que os resultados do projeto OPAIS estão em fases iniciais, por meio das parcerias com instituições e da estruturação das orientações focadas na gestão, nas políticas e nas decisões que contemplam assuntos relativos à produção, ao uso e à preservação dos documentos.

Palavras-Chave: Extensão universitária. Orientações arquivísticas; Instituições de Saúde; Gestão Documental.

ABSTRACT: The objective is to present an account of the activities developed by the extension project “Guidelines for Archival Practices for Health Institutions in the City of João Pessoa - OPAIS”. Methodologically, the objectives to be researched are descriptive, with a qualitative approach. Discussions about documents in the health area, about extension actions and about activities developed by the OPAIS project. It is concluded that the results of the OPAIS project are in initial

stages, through partnerships with institutions and structuring of guidelines focused on management, policies, decisions that contemplate issues related to the production, use and preservation of documents.

Keywords: University extension. Archival guidelines; Health Institutions; Document management.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a saúde engloba um estado completo de bem-estar físico, mental e social. Porém, para que essa finalidade ocorra, são necessários procedimentos-meios, entre os quais, aqui, destacamos as práticas arquivísticas como medidas facilitadoras para recuperação das informações na área da saúde, para o planejamento efetivo dos fluxos dos documentos, incluindo políticas centradas na estrutura organizacional, a fim de evitar incongruências no gerenciamento documental.

Nos últimos anos, temos acompanhado várias medidas de adaptação acerca dos documentos na área da saúde, em exames, nas requisições farmacêuticas, nas receitas médicas, nos relatórios e no mais destacável deles, que são os prontuários. A exemplo, citamos a resolução 1638/2002 do Conselho Federal de Medicina (CFM), a qual regulamenta o prontuário eletrônico, bem como, no caminho da Telemedicina, há o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) e o Conselho Federal de Farmácia (CCF), juntamente ao CFM, os quais criaram serviço para emissão de atestados e de receitas médicas no meio digital. O profissional que assinar tais documentos digitais segue diretrizes estabelecidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

A partir dessas movimentações, considerando a necessidade de auxiliar o processo de práticas arquivísticas na gestão de documentos em instituições de saúde, foi criado um projeto de extensão, ligado ao Departamento de Ciência da Informação (DCI), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), denominado “Orientações de Práticas Arquivísticas em Instituições Públicas e/ou privada na cidade de João Pessoa e sua região metropolitana (OPAIS)”, observando que os gestores e os agentes dessas unidades, muitas vezes, pela falta de um norte especializado, deixam de utilizar medidas mais profícuas perante os documentos.

O presente trabalho tem, como objetivo, apresentar relato das atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão OPAIS, a fim de evidenciar ações que vêm sendo

construídas por meio de medidas extensionista na universidade, em conjunto aos documentos e aos gestores de instituições na área da saúde, bem como discentes, docentes de Arquivologia e da Ciência da Informação, profissionais de saúde que integram o projeto e seu reflexo na sociedade. Metodologicamente, quanto à abordagem, esta pesquisa é qualitativa e, quanto aos objetivos, descritiva.

2 UNIDADES DE SAÚDE E ARQUIVO

O acesso à saúde, no Brasil, é assegurado pela Constituição Federal de 1988, pois se trata de um direito de todo cidadão, seja esse acesso provindo de uma instituição pública ou privada. Dessa forma, no contexto da prestação do atendimento em saúde, documentos são produzidos, tanto na conjuntura do Sistema Único de Saúde (SUS), como do Sistema Nacional de Saúde Suplementar.

Os documentos produzidos no contexto da saúde apresentam-se em espécies e em tipos documentais variados, refletindo tanto o contexto das atividades fins, relacionadas às questões assistenciais, como, as atividades-meio, relacionadas aos atos administrativos.

Pinto e Soares (2010, p. 16) enfatizam que as informações registradas nos documentos produzidos à luz do contexto da saúde não se prendem unicamente às questões da terapêutica assistenciais, contemplando também informações relacionadas “[...] à legislação, à gestão, à padronização, à nutrição, às condições socioeconômicas, ao credo, à educação, às tecnologias, à terminologia, além de outras.”

Destacamos, nesse sentido, que, além do prontuário do paciente, definido pelo CFM, através da resolução de n.1.638, de 09 de agosto de 2002, como um documento valioso para paciente, para os profissionais que o assistem e para as instituições de saúde, bem como para o ensino, para a pesquisa e para os serviços públicos de saúde, além de ser um instrumento de defesa legal. Outros documentos, como boletins de entrada, relatórios, contratos, notas de faturamentos, entre outros, são produzidos no cotidiano das instituições de saúde.

Porém, quando pensamos na relação do documento arquivístico com a instituição de saúde, ocorre, quase que de forma instantânea, a remissiva ao prontuário, bem como, ao

Serviço de Arquivo Médico e Estatística (SAME), setor responsável, pela documentação da atividade-fim, isto é, pela guarda, pela organização e pela viabilidade do acesso e do uso dos prontuários de pacientes.

O Hospital Geral de Massachussets, nos Estado Unidos, foi o pioneiro na organização do SAME. No cenário Brasileiro, França (2014), relata que foi o Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, em 1943 o precursor, tendo, como responsável, a Dr^a Lourdes de Freitas Carvalho.

No contexto atual, o arquivista, que deve assumir o papel à frente do Arquivo, tendo “a responsabilidade pela guarda, conservação e disponibilização de prontuários para consultas ambulatoriais, internações e pesquisas, além do arquivo de exames e outros documentos do paciente, os quais são resultados de consultas médicas.” (BAHIA, 2016, p. 144).

Observa-se que é imprescindível a implementação da prática arquivística no contexto dos documentos produzidos nas atividades de saúde, tanto na parte administrativa, como na parte fim das unidades, pois possibilita que tanto os profissionais como os pacientes obtenham a informação que desejarem no contexto das internações e dos atendimentos médicos.

3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO DA ARQUIVOLOGIA

A experiência da extensão universitária tem um papel central para a formação e para a qualificação profissional: ela configura-se como uma ponte entre a universidade e a comunidade, sendo o discente e o docente, “transeuntes” que viabilizam e fortalecem essa prática que ocorre, na maioria das vezes, em um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico, político e, sobretudo, social, promovendo uma interação transformadora entre a universidade e os mais diversos setores da sociedade.

Foi nessa perspectiva que se criou um projeto com foco no direcionamento da gestão de documentos em torno das instituições de saúde públicas e/ou privadas da cidade de João Pessoa (PB), possibilitando, a partir das orientações arquivísticas, melhor recuperação, acesso e uso das informações, ou seja, por meio de ações extensionistas.

Quanto ao surgimento da extensão no contexto da educação no Brasil, Deslandes e Arantes (2017) relatam que, as práticas de extensão já fazem parte da vivência educacional há alguns séculos, e destacam que, na literatura, existem teóricos que apontam que a extensão universitária surgiu na Grécia, em suas primeiras escolas, mas, há outros, que afirmam ter sido na Europa, nas universidades populares, no século passado, cenário no qual, as universidades, se focaram em disseminar conhecimentos técnicos no contexto da sociedade, objetivando contribuir com o compartilhamento dos saberes para os setores populares.

Nesse sentido, entendemos que a extensão universitária representa um despertar para a necessidade de a universidade compartilhar conhecimento como um retorno para a sociedade, uma forma de contribuição para a comunidade de uma maneira geral.

Saraiva (2007) reflete sobre a extensão como uma possibilidade do discente experienciar vivências importantes no contexto de sua formação. Dessa forma, podemos colaborar para a viabilidade do acesso e do uso das informações no contexto da saúde, reforçando o papel da gestão de documentos e as vantagens desse processo para economia de espaço, para celeridade de processos e para fluxo informacional aliado à eficiência na tomada de decisão.

4 O PROJETO OPAIS E SUAS AÇÕES

O projeto surgiu como justificava para o pressuposto de que gestoras/es e profissionais que lidam com os documentos em instituição de saúde necessitam compreender práticas voltadas para a Gestão de Documentos.

Compactuamos com Lima *et al* (2018), quando afirmam que, se, por um lado, a execução de procedimentos voltados aos sistemas de documentos ou de arquivos (analógicos e digitais) são importantes para produzir, para disseminar e para armazenar informações, por outro lado, uma qualificação na gestão, na organização e no tratamento de informações da área de saúde torna-se uma atividade necessária e indispensável para a promoção, para prevenção e para atenção a ela.

A orientação arquivística, nesse aspecto, permitirá processos de intervenção na organização da informação, de forma a capacitar para tomada de decisão no âmbito administrativo, bem como facilitar o acesso à informação de modo a contribuir no desenvolvimento de competências necessárias para que os agentes ou os funcionários das instituições de saúde estejam aptos para lidar com a gestão, com a organização, com a disseminação, com o acesso e com o uso de informações em saúde.

O projeto atende, a um só tempo, as/os discentes do curso de Arquivologia e as/os suas/seus egressas/os, as instituições e as empresas de saúde, conseqüentemente a sociedade, a partir da articulação do ensino com a integração dos assuntos oferecidos em disciplinas, também à pesquisa, especialmente no que tange aos estudos desenvolvidos sobre informação na área de saúde, refletindo em ações extensionistas com conexão ao meio social.

O projeto possui uma coordenadora e um coordenador adjunto. A equipe de colaboradoras/es é assim composta: quatro professoras do DCI, cinco profissionais externos, um técnico da UFPB e dois alunos doutorandos do PPGCI/UFPB. Quanto aos discentes, fazem parte do projeto 15 alunas/os, dos quais, entre as/os voluntárias/os, 13 são estudantes de graduação do curso de Arquivologia, um graduando de Biblioteconomia e um bolsista, do curso de Arquivologia.

O contexto da pandemia provocada pela COVID-19 impôs algumas alterações no curso do projeto. Assim, como as demais atividades da UFPB, o projeto adaptou suas ações para o meio virtual. Tal cenário trouxe algumas dificuldades, tanto pela falta de contato presencial, acarretando um processo mais longo na comunicação com as unidades de saúde, quanto pelas intercorrências das tecnologias e das plataformas de videoconferência. Apesar disso, tal pandemia não impediu o andamento das atividades, evidenciando a nossa capacidade de readaptação.

Como primeira etapa do projeto, foi desenvolvida, de forma coletiva e colaborativa, a identidade visual do projeto. Para além dos objetivos do projeto, reconhecemos a importância de se promover a visibilidade das ações de extensão universitária, assim, também, da responsabilidade social em disseminar informações sobre a COVID-19. Diante

disso, foram criadas as mídias sociais, *Instagram* (@projetoopais_ufpb), *Facebook* (Opais UFPB) e *Twitter* (@OPAIS_UFPB). Nessas mídias, temos realizado publicações semanais em três frentes: 1- Às segundas-feiras, realizamos publicações contendo informações sobre o projeto; 2- Às quartas-feiras, publicamos conteúdo sobre a profissão e sobre a prática arquivística; 3- Às sextas-feiras, publicamos sobre a COVID-19.

Paralelamente às postagens, o grupo tem realizado, junto às/aos extensionistas, capacitações internas e abertas ao amplo público, ministradas pelas/os coordenador/as, colaboradoras/es e convidadas/dos. Essas capacitações são relevantes ao processo de ampliação do conhecimento para os extensionistas sobre o profissional arquivista, sobre suas práticas e sobre como ele pode contribuir no cotidiano das unidades de saúde, o que tem sido imprescindível, para subsidiar a realização das orientações às unidades de saúde. As internas têm sido realizadas com a equipe do projeto por meio da plataforma *Google Meet*; as abertas ao público são realizadas no canal PROJETO PAIS - UFPB.

No atual estágio do projeto, estão sendo elaborados materiais didáticos para serem utilizados, no decorrer das oficinas e das capacitações com as unidades de saúde. Em virtude da pandemia, elas ocorreram por meio da plataforma *Google Meet*, para profissionais que trabalham em unidades de saúde. A primeira formação para essas/esses profissionais se dará por uma articulação entre o projeto e o Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires, localizado na cidade de Santa Rita (PB), grande João Pessoa. A formação para a equipe que trabalha no hospital corresponderá à capacitação-piloto do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamos apresentar um relato de experiência das atividades desenvolvidas do projeto de extensão OP AIS, buscando suscitar o papel da extensão no campo da Arquivologia, destacando aqui, aspectos voltados para área no âmbito da saúde.

Os resultados maiores esperados é a melhoria da realidade documental nas instituições de saúde, a partir das indicações de como devem proceder no cotidiano de sua produção documental, e também, promover uma conscientização sobre a importância da presença e da atuação de um/a profissional da área de Arquivologia na instituição.

As orientações se darão a partir da exposição dos conhecimentos teóricos da área. Dessa forma, poderemos colaborar para a viabilidade do acesso e do uso das informações no contexto da saúde, reforçando o papel da gestão de documentos e as vantagens desse processo para economia de espaço, para celeridade de processos e do fluxo informacional aliado à eficiência na tomada de decisão.

Apesar de o projeto se encontrar em fase inicial da preparação da orientação, observamos movimentos positivos na participação de estudantes, de arquivistas e de demais profissionais que atuam em arquivos nas etapas que antecedem o objetivo final, com a seleção dos conteúdos que são expostos nas redes sociais: relatórios, capacitações e as primeiras parcerias com as instituições de saúde.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, E. M. S. B. Conhecimento, Inovação e Documentação em Unidades de Saúde. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v.30, n.1, p.142-155, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/6293>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução de n.1.638, de 09 de agosto de 2002. Define prontuário médico e torna obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários nas instituições de saúde. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 184-185, 09 agosto de 2002.
- DESLANDES, M. S. S.; ARANTES, A. R. A extensão universitária como meio de transformação social e profissional. **Sinapse Múltipla**, Betim, v. 6, n. 2, dez., p. 179-183, 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/sinapsemultipla> . Acesso em: 30 jul. 2020.
- FRANÇA, P. Z. P. **Reestruturação do serviço de arquivo médico e estatística do Centro Municipal de Referência em Saúde Leonard Mozart da Prefeitura Municipal de Cabedelo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. 58f.
- LIMA, G. L. Q.; OLIVEIRA, L. A. F. ; MATOS, M. T. N. B. ; PEREIRA, H. B. B. ; CUNHA, F. J. A. P.A importância das espécies e tipologias documentais para a mediação dos procedimentos assistenciais e administrativos nos organismos produtores de serviços de atenção à saúde. **Revista de Saúde Digital e Tecnologias Educacionais - RESDITE** , v. 3, p. 4-17, 2018. Disponível em: 2020.
- PINTO, V. B.; SOARES, M. E. (Org.). **Informação para área da saúde**: prontuário do paciente, ontologia de imagem, terminologia, legislação e gerenciamento eletrônico de documentos. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- SARAIVA, J. L. Papel da Extensão Universitária na Formação de Estudantes e Professores. **Brasília Médica**, Brasília, v. 44, n. 3, p. 220-225, 2007. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-496083> Acesso em: 20 jul. 2020.

Recebido/ Received: 18/08/2020 Aceito/ Accepted: 09/09/2020 Publicado/ Published: 25/10/2020
--